

--- No dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e trinta e nove minutos, reuniu, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo -----

Carla Sofia do Carmo Pires -----

João António Leal Cruz Franco -----

Algmar Welker Branco Salomão -----

Eunice Filipa Alexandra Camilo Ramos Proença -----

Inês Falcão da Costa Morgado -----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

João Paulo Afonso Barandas -----

Joaquim Manuel Brás dos Reis -----

Ana Filipa Vicente da Conceição Pinto Pereira -----

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas) -----

Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures)----

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Tiago Filipe Vaz Batista (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----

Mário António Pereira Bernardo (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) -----

Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela) -----

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho-----

Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----
Aquilino José Marques Ventura -----
António José Mendes Firmino -----
Inês Carvalho dos Santos -----
Duarte Miguel Monge Correia -----
Luís António Gomes Rainho -----
Sandra Maria Cardoso Mota Pastor -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Jorge Manuel Lopes Antunes -----
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel -----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
João Maurício Pereira -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Maria de Fátima Amaral -----
Bruno Alexandre Caçador Simão -----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Ana Maria da Conceição Duarte da Mata -----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Paula Cristina Vieira Teixeira -----

IL – Iniciativa Liberal-----

Afonso Gabriel dos Santos Pereira de Mateus Pacheco -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 43 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião.

PERÍODO PRÉVIO-----

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, deu igualmente conhecimento a todos os deputados municipais que foi disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal a correspondência recebida desde o dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis até dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e seis, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão, bem como o Relatório de Atividades de 2025 da CPCJ de Loures. -----

- Seguidamente tomou posse perante a Assembleia Municipal, a deputada municipal Paula Cristina Vieira Teixeira, em substituição da deputada municipal do BE, Rita Lage Sarrico. -----

- De imediato passou-se à aprovação das atas: -----

- **Ata n.º 2 (Sessão realizada em 27.11.2025)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 35 PRESENCAS. -----

- **Ata n.º 3 (Sessão realizada em 15.12.2025)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 35 PRESENCAS. -----

- Terminado o “Período Prévio”, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que deram entrada na Mesa três (3) documentos, que foram atempadamente facultados a todos os deputados municipais: um Voto de Pesar pelo PS, uma Moção pelo PPD/PSD e uma Moção de Solidariedade e Apoio pelo PS. Colocados à admissão, todos os documentos foram admitidos por unanimidade.-----

- Pelo deputado municipal João António Leal Cruz Franco (PS), foi apresentado um **Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Neves da Silva Carvalho**. (Doc. 1) -----

- Não se verificaram intervenções. -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 39 PRESENCAS. FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO.** -----

- Pelo deputado municipal João Maurício Pereira (PPD/PSD), foi apresentada uma **Moção intitulada “Pela implementação obrigatória de formação em Suporte Básico de Vida (SBV) e utilização de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) para todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias do concelho de Loures”**. (Doc. 2) -----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), fez uma intervenção que aquando a votação do documento, solicitou que a mesma constasse enquanto declaração de voto: *A moção trazida aqui pelo PSD, de facto, constitui uma iniciativa de elevada relevância social, naturalmente, e de interesse público. No entanto, este tema, de certa maneira, já foi aflorado na terceira sessão extraordinária desta Assembleia Municipal em 2022, concretamente no dia 3 de fevereiro de 2022, tendo sido o tema trazido à coação e à discussão por parte do PAN, através da deputada municipal Soraya Ossman, que na altura trouxe uma recomendação intitulada “Pela organização de workshops escolares anuais em suporte básico vida nos estabelecimentos do ensino do concelho”*. -----

E na altura, recordo-me que na discussão do ponto, quer o presidente Nuno Leitão, quer a senhora vice-presidente Sónia Paixão tinham dito, que de facto havia aqui um atraso na entrega dos desfibrilhadores automáticos porque havia alguns pareceres que estavam a guardar do INEM. Portanto, gostava de perceber se de facto já temos esta cobertura dos próprios desfibrilhadores. -----

Nós, enquanto partido Chega, entendemos que esta formação do suporte básico vida é essencial e a utilização do próprio desfibrilhador. No entanto, vemos com muita relutância a própria utilização por parte de outros jovens do equipamento, ou seja, pode levar a uma sensação de insegurança na utilização do próprio equipamento. E mais, que é perceber num sentido muito prático para nos entendermos e quem nos ouve lá em casa: se a minha colega de bancada tiver um episódio desses, eu vou utilizar com a formação que tenho e se depois aplico mal a regra e a técnica, como é que eu vou ser responsabilizado? Portanto, isto é uma questão que também tem que ser trazida à coação e à discussão do outro ponto. -----

Outra nota que nós ainda gostávamos no âmbito deste ponto, de propor ao PSD, era que de facto, nós temos no concelho de Loures, associações humanitárias de bombeiros e muitas destas corporações têm certamente a certificação para poder dar este tipo de formações. Portanto, nós entendemos que quer os bombeiros juntamente com a própria proteção civil deveriam ser envolvidas juntamente com os agrupamentos de escolas, numa lógica de intercâmbio sinergia, de ter de facto uma periodicidade de formações nesta matéria que não abranja só os alunos, mas também, como é dito aqui os professores. De facto, temos esta valência em Loures, atendendo à dimensão do concelho e ao número de associações humanitárias que temos e seria de todo uma mais

valia envolver também estes players, porque são muitas das vezes, estes que intervêm no primeiro momento. -----

Portanto, nada como também passar esta confiança aos alunos e aos professores, que é dada pelos próprios bombeiros e pela proteção civil numa lógica de supervisão da formação e aproximávamos naturalmente estes setores que são todos importantes. Portanto, ficaria a sugestão relativamente ao PSD incluir no documento a Associação Humanitária de Bombeiros e a Proteção Civil.-----

E deixava naturalmente a questão também ao executivo, de perceber se de facto o concelho de Loures e o agrupamento de escolas já se encontram todos munidos do desfibrilhador automático, que sabemos de antemão, que carecem de parecer do INEM e que nem sempre o INEM é célere nos pareceres que tem que dar.-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse que relativamente à moção apresentada, tal como estava formulada, tratava-se na verdade de uma recomendação dirigida à Câmara e não de uma moção. Explicou que, na sua perspetiva, a parte final do documento também revelava isso mesmo, uma vez que a Assembleia Municipal não iria oferecer formação certificada, nem avaliar o seu alargamento, nem reforçar qualquer rede, pelo que o conteúdo se enquadrava claramente no âmbito de uma recomendação.-----

Acrescentou que, além disso, a questão já tinha sido abordada anteriormente e que, nessa altura, tinham sido colocadas questões concretas, às quais a Câmara respondeu com algumas informações. Considerou que, relativamente ao tema, não bastava colocar os equipamentos nas escolas, sublinhando que o saber utilizá-los era tão importante quanto a sua mera existência. Alertou que não se tratava de um simples medidor de tensão arterial, mas de um equipamento que, quando corretamente utilizado, podia salvar vidas, e que, quando mal utilizado, podia constituir uma complicação em vez de uma ajuda. Por isso, defendeu que o documento devia ser mais bem pensado. -----

Concluiu, dizendo que cabia naturalmente aos proponentes refletirem sobre essas questões e decidirem o que pretendiam fazer. Afirmou ainda que a CDU não se identificava totalmente com o conteúdo apresentado, nem com as recomendações incluídas. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, referiu que compreendia a base da proposta apresentada à Assembleia Municipal, fosse ela considerada moção ou recomendação, e que pretendia enquadrar o que já estava a ser feito pela Câmara, bem como o enquadramento legal aplicável a esse tipo de situações. Explicou que a lei era muito clara quanto a quem podia receber formação e utilizar aquele tipo de equipamento, bem como relativamente aos locais onde os

desfibrilhadores tinham obrigatoriamente de estar instalados. Acrescentou que se tratava de equipamentos destinados a espaços com determinadas características, com um número específico de utilizadores e, sobretudo, com uma faixa etária mais elevada, onde a probabilidade de ocorrência de emergências cardíacas era maior. -----

Informou que a Câmara Municipal de Loures cumpria o enquadramento legal, garantindo que apenas pessoas devidamente formadas utilizavam esses equipamentos. Recordou que, desde 2023, tinha sido iniciado um processo de implementação de desfibrilhadores em vários equipamentos municipais. Exemplificou, dizendo que todos os pavilhões desportivos das escolas do concelho já estavam equipados, o que considerava adequado por razões óbvias. Sublinhou que esses equipamentos já se encontravam instalados e que as pessoas com responsabilidade de os utilizar em caso de emergência já tinham recebido formação.-----

Informou ainda que, naquele momento, existiam trinta e três desfibrilhadores distribuídos por diversos serviços da Câmara e que, no prazo de dois a três meses, seriam instalados mais treze, totalizando quarenta e cinco equipamentos. Esclareceu que encontravam-se em pavilhões municipais, academias séniores, atendimentos municipais, bibliotecas, museus e no Palácio Marquesses da Praia e Monforte, local onde decorria a sessão. -----

Acrescentou ainda outra informação relevante: desde o ano letivo de 2022/2023, em colaboração com as corporações de bombeiros do concelho, o Serviço Municipal de Proteção Civil promovia ações de sensibilização e formação em todas as escolas secundárias. Explicou que alunos do 10.º, 11.º e 12.º anos participavam em sessões sobre suporte básico de vida, primeiros socorros, incêndios e combate inicial a incêndios. -----

Concluiu, dizendo novamente que compreendia a moção ou recomendação apresentada, mas que a Câmara já estava a implementar as medidas nela sugeridas, quer nos equipamentos municipais desde 2023, quer nas escolas secundárias desde o ano letivo 2022/2023.-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), disse que relativamente à moção apresentada pelo PSD, a sua bancada entendia que o assunto era relevante e merecia apreciação. No entanto, considerava que o texto não refletia adequadamente a realidade do concelho, sobretudo tendo em conta as informações acabadas de ser transmitidas pelo presidente da Câmara Municipal, que demonstravam o trabalho já desenvolvido pelo município na formação de jovens em suporte básico de vida. -----

Referiu que, quanto à formação em suporte básico de vida, essa deveria ser alargada ao maior número possível de pessoas, salientando que não se podia ignorar a autonomia das escolas nem o facto de a Assembleia Municipal não ter competência para impor alterações aos programas educativos. Defendeu, ainda assim, que a Assembleia poderia deliberar uma recomendação que sublinhasse a importância da formação dos alunos do

concelho ou que incentivasse escolas e autarquias a delinearem em conjunto uma estratégia formativa. -----

Relativamente ao desfibrilhador automático externo, explicou que o Decreto-Lei n.º 188/2009 regulava a prática de atos de desfibrilhação automática por não médicos, bem como a instalação e utilização desses equipamentos em contexto extra-hospitalar, no âmbito do programa integrado de emergência médica e dos programas de acesso público à desfibrilhação. Esclareceu que, segundo esse diploma, o ato de desfibrilhação, mesmo quando realizado com desfibrilhadores automáticos, só podia ser executado por não médicos mediante delegação e supervisão de um médico e desde que integrado num programa previamente licenciado pelo INEM. Sublinhou, que a legislação era clara e que competia ao INEM implementar o Programa Nacional de Desfibrilhadores Automáticos, não sendo possível impor às escolas, por deliberação da Assembleia Municipal, qualquer obrigatoriedade formativa. -----

Apesar disso, considerou admissível que a Assembleia recomendasse a procura dessa formação, sobretudo em contexto escolar e através de parcerias com entidades competentes. Assinalou que se tratava de uma matéria sensível e que, por esse motivo, a formação não podia ser imposta, havendo questões que deveriam ser ponderadas por quem pudesse vir a utilizar o equipamento. Entendia que não seria razoável obrigar um aluno a receber formação que não desejasse. -----

Propôs ainda que o tema fosse analisado pela Comissão Especializada de Saúde, de modo a aferir o cumprimento das obrigações decorrentes do decreto-lei referido, por parte dos organismos nele identificados, no âmbito das competências dessa comissão. Considerou que o assunto poderia ser estudado e que essa seria uma sugestão pertinente. -----

Concluiu afirmando que, tal como a moção estava redigida, não podia ser votada favoravelmente pelo Partido Socialista. No entanto, manifestou disponibilidade para votarem a favor caso o texto fosse alterado, transformando a deliberação numa recomendação dirigida à Câmara Municipal, aos agrupamentos de escolas e às associações de pais, em vez de prever a obrigatoriedade formativa explanada na versão apresentada. -----

- Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela), transmitiu que ficava muito satisfeito por ver aquela moção apresentada, afirmando com ironia que ela parecia ter sido copiada da sua freguesia, onde medidas semelhantes estavam implementadas desde 2019. Acrescentou que, apesar dessa satisfação, lamentava que a proposta tivesse demorado tantos anos a ser trazida à Assembleia Municipal. -----

Informou que, na sua freguesia, existiam mais de dois mil e oitocentos alunos formados em Suporte Básico de Vida e mais de duzentas e cinquenta pessoas formadas em

Suporte Básico, formação reservada a maiores de dezoito anos. Referiu ainda que tinham mais de treze sistemas de DAE instalados pela própria freguesia. -----

Reforçou que, apesar de concordar com a iniciativa, acompanhava a posição já expressa de que a formação não podia ser obrigatória, uma vez que ninguém podia ser forçado a recebê-la. Ainda assim, afirmou que considerava positiva a proposta e reiterou a sua satisfação por se estar a replicar mais uma ideia originada no Partido Socialista. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), referiu que, relativamente ao documento em discussão, havia algumas notas que considerava importantes. Começou por afirmar que, no título, a palavra “obrigatório” podia ser retirada, uma vez que não era possível impor a ninguém a realização daquela formação, embora fosse legítimo sugeri-la, dado que constituía uma mais-valia para quem a recebesse e para a comunidade envolvente. Acrescentou que muitos dos presentes que tinham essa formação sabiam da importância de existir alguém próximo com essas competências. Recordou ainda que, além dos jovens, também a população sénior beneficiava particularmente desse tipo de formação, sendo um grupo onde assumia especial relevância. -----

Em seguida, comentou as declarações do presidente da junta, afirmando que a bancada do PSD era livre de apresentar documentos quando entendesse, em qualquer sessão, e que isso fazia parte da liberdade de intervenção política. Disse também que desconhecia que a freguesia em causa já tivesse implementado esse tipo de medidas, felicitando o presidente da junta por esse facto, mas sublinhando que a proposta apresentada tinha uma visão para todo o concelho e não apenas para uma freguesia. Acrescentou que, se algo fosse copiado, seriam provavelmente os restantes presidentes de junta a replicar aquela prática. -----

Reforçou que os eleitos do PSD continuariam a trazer à Assembleia todos os assuntos que considerassem pertinentes, mesmo que já tivessem sido tratados no passado, sempre que entendessem que podiam ser melhorados, e que nenhum outro partido condicionaria essa iniciativa. Reiterou, ainda assim, os parabéns pela implementação local da medida. -----

Sobre a possibilidade de transformar a deliberação numa recomendação, afirmou que, embora não fosse exatamente a mesma coisa, na prática poderia ter efeitos semelhantes. Informou que o PSD aceitava alterar o texto, propondo que se recomendasse à Câmara Municipal a promoção da formação certificada anual. -----

Referiu que, segundo o presidente da Câmara, esse reforço já estava a acontecer, mas considerava que a recomendação não colidia com o trabalho do executivo nem o colocava em causa. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), informou que com aquelas alterações e passando o texto para Recomendação, a bancada do Partido Socialista votaria favoravelmente o documento. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), reiterou a questão dirigida ao PSD, perguntando novamente se o partido considerava incluir as associações humanitárias de bombeiros e o Serviço Municipal de Proteção Civil na proposta, sublinhando que esse último tinha obrigatoriamente de ser envolvido. Acrescentou que, como não tinha obtido resposta anteriormente, sentia necessidade de voltar a colocar a questão ao proponente. -----

- João Maurício Pereira (PPD/PSD), referiu que pretendia prestar alguns esclarecimentos sobre o propósito e o conteúdo da moção. Parabenizou as entidades do concelho e a Câmara pelo trabalho desenvolvido, recordando que já tinha sido mencionada uma moção anterior apresentada pelo PAN. Esclareceu que o objetivo da moção não se limitava à sensibilização ou à realização de workshops, mas ia além disso, procurando garantir uma formação que conferisse certificação aos participantes. Sublinhou que existia uma diferença significativa entre uma ação de sensibilização e uma formação certificada, ainda que essa última fosse mais curta. -----

Acrescentou que, no que respeitava ao uso do desfibrilhador, o próprio protocolo exigia que a pessoa contactasse previamente o 112, identificasse-se como detentora de certificação e seguisse as orientações das autoridades de emergência. Sublinhou que não se tratava de um equipamento para ser utilizado por qualquer pessoa sem formação e que compreendia as preocupações relacionadas com o risco de utilização. Comparou a situação à posse de uma carta de condução, em que a certificação habilitava a pessoa a agir, mas não eliminava totalmente o risco associado ao ato. -----

Relativamente à intervenção do deputado municipal do Chega, afirmou que fazia todo o sentido envolver as associações humanitárias de bombeiros voluntários do concelho, uma vez que a moção já previa que a formação fosse ministrada por entidades certificadas e habilitadas para tal. Disse que, se essas associações reunissem os requisitos, poderiam naturalmente desempenhar esse papel. -----

Comentou também a referência feita à freguesia de Santa Iria de Azóia, afirmando que as boas ideias podiam e deviam ser replicadas. Recordou que a mesma proposta tinha sido apresentada recentemente na Assembleia Municipal de Oeiras e que não acreditava que tivessem copiado qualquer freguesia do concelho de Loures. Defendeu que as boas práticas eram para ser repetidas. -----

Por fim, esclareceu que a intenção da moção, ao referir a obrigatoriedade, não era obrigar os alunos a frequentarem a formação, mas sim garantir que as escolas do concelho disponibilizassem essa oferta formativa. Acrescentou que uma formação de quatro a sete horas não desvirtuava o plano curricular das escolas. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou novamente a palavra ao Executivo Municipal. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, referiu que pretendia apenas clarificar a sua posição, reiterando que compreendia a filosofia e a base da proposta apresentada pelo PSD, sobretudo na sua formulação enquanto recomendação. Explicou que, em 2022, o município tinha iniciado um programa nas escolas do concelho de Loures que incluía ações de sensibilização em suporte básico de vida, primeiros socorros e combate a incêndios, considerando tratar-se de um projeto inovador a nível nacional. Acrescentou que, enquanto vice-presidente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, tinha conhecimento direto do trabalho desenvolvido e podia afirmar que Loures destacava-se na área da prevenção e sensibilização junto da comunidade educativa, que era, na sua opinião, o local onde essa intervenção devia ocorrer.-----
Esclareceu, contudo, que o que estava a ser proposto na moção era diferente: tratava-se de ações de formação específicas para utilização de desfibriladores, o que implicava autorizações do INEM e um conjunto de requisitos que, do ponto de vista da exequibilidade, lhe suscitavam dúvidas. Reforçou que compreendia a intenção, mas mantinha reservas quanto à viabilidade prática. -----
Acrescentou ainda que, no caso de menores, a participação em formações desse tipo dependia sempre da autorização dos pais ou encarregados de educação. Sublinhou também que as corporações de bombeiros e o Serviço Municipal de Proteção Civil eram, naturalmente, parte integrante de qualquer processo dessa natureza, sendo evidente que deviam estar envolvidos. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), afirmou que, depois de tudo aquilo que tinham estado a ouvir, a CDU iria abster-se relativamente ao documento. Explicou que, apesar de perceberem as boas intenções e o objetivo pretendido, consideravam mais prudente optarem pela abstenção. Acrescentou que essa decisão não significava que quisessem estar de acordo com o senhor presidente da câmara, embora também não viesse mal ao mundo se estivessem, e que não se tratava de uma questão dessa natureza. -----
Reforçou ainda que, aquele equipamento não era um medidor de tensão arterial e que se estava a falar de coisas completamente diferentes. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que, em vez de moção, o documento passaria a recomendação pela implementação de formação em suporte básico de vida. Na parte final, constaria que o grupo municipal do Partido Social-Democrata propunha que a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 19 de fevereiro, recomendasse ao executivo municipal que oferecesse formação certificada, avaliasse o alargamento, reforçasse a rede, contratualizasse e monitorizasse. Indicou ainda que o último ponto ficaria à parte, destinando-se apenas a dar conhecimento à Câmara Municipal de Loures, uma vez que já não integraria a recomendação, constituindo apenas uma diligência a cargo da mesa. -----

Questionou o proponente, se em vez de “oferecer”, não deveria constar “continuar a oferecer” e “continuar a reforçar” nos pontos um e três, tendo em conta as explicações prestadas. Perguntou se havia concordância com essa alteração ou se se preferiam manter apenas “ofereça” e “reforce”, observando-se que a formulação “continuar a” evidenciaria melhor o trabalho já desenvolvido. -----

- Concluída a discussão, e havendo concordância por parte do proponente, relativamente às alterações indicadas, passou-se à votação da Recomendação **“Pela implementação de formação em Suporte Básico de Vida (SBV) e utilização de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) para todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias do concelho de Loures”**, com o final do texto com o seguinte teor: -----

Neste sentido, os deputados municipais da Assembleia Municipal de Loures propõem na 1.ª Sessão Ordinária de 19 de fevereiro, recomendar ao Executivo Municipal que: -----

- 1. Continue a oferecer formação certificada anual em SBV e utilização de DAE a todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias do concelho de Loures; -----*
- 2. Avalie o alargamento progressivo da formação a professores e pessoal não docente; -----*
- 3. Continue a reforçar a rede de DAE nos estabelecimentos de ensino; -----*
- 4. Contratualize com entidades formadoras certificadas; -----*
- 5. Monitorize anualmente os resultados; -----*

Dê-se conhecimento à Câmara Municipal de Loures, aos Agrupamentos de Escolas do concelho de Loures, às respetivas Associações de Pais, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e Proteção Civil. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 36 VOTOS A FAVOR (21 PS, 7 CH, 6 PPD/PSD, BE E IL) E 6 ABSTENÇÕES DA CDU - 42 PRESENCAS.** -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- João António Leal Cruz Franco (PS): *O Partido Socialista votou favoravelmente, porque se trata de uma Recomendação para se colocarem prática um programa que a Câmara Municipal já está a implementar.* -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), solicitou que a sua intervenção fosse convertida em declaração de voto, a qual consta na página 4 da presente ata. -----

- Pela deputada municipal Eunice Filipa Alexandra Camilo Ramos Proença (PS), foi apresentada uma Moção de Solidariedade e Apoio intitulada “Consequências das intempéries registadas desde 19 de janeiro a 7 de fevereiro 2026: Depressões “Harry”, “Ingrid”, “Joseph”, “Chandra”, “Kristin”, “Leonardo” e “Marta”. (Doc. 3) -----

- Após a apresentação da Moção entrevistaram: -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), mencionou que a CDU acompanhava, no essencial, a moção apresentada pelo Partido Socialista relativa às consequências das intempéries no território e às saudações dirigidas a todas as entidades que intervieram no socorro e na minimização dos impactos junto da população. Acrescentou, que pretendiam aproveitar o documento para destacar aquilo que lhes parecia ser o mais importante nesses momentos.-----

Referiu que, embora fosse relevante saudar e enaltecer quem esteve na primeira linha da defesa e proteção das populações, consideravam primordial enfrentar de forma direta alguns dos problemas estruturais mais graves do território no que respeita ao risco para as populações. Recordou que o território possuía condições físicas e morfológicas muito específicas e que, há muito tempo, estavam identificados, tanto em documentos de planeamento territorial como noutros estudos, os fatores de risco mais significativos para as populações do concelho de Loures, nomeadamente as cheias rápidas e a instabilidade e deslizamento de vertentes. -----

Assinalou que esse constituía um problema muito sério e que, apesar do concelho ter passado por aquela sequência de mau tempo com alguns danos, tinham surgido alertas claros sobre o que poderia vir a ser uma situação grave em grandes partes do território. Sublinhou que dezenas de milhares de concidadãos viviam nas cristas das costeiras e em zonas que não tinham condições para ocupação ou edificação, permanecendo numa espécie de limbo que nenhuma autarquia conseguiria resolver sozinha, com os recursos disponíveis. Explicou que não era possível consolidar zonas instáveis, por falta de verba e de condições técnicas, e que, em muitos casos, se corria o risco de apenas se agir de forma mais incisiva depois de ocorrer uma situação muito grave. -----

Disse considerar importante que Loures não ficasse excluído das medidas de apoio que deveriam ser canalizadas aos municípios na justa medida dos prejuízos sofridos. Defendeu, contudo, que aquele momento devia ser aproveitado para abordar questões muito concretas, já que os sinais de problemas sérios em algumas zonas eram cada vez mais frequentes e não podiam continuar a ser ignorados até que ocorresse uma tragédia maior. -----

Relativamente às cheias e ao stress hídrico do território, apelou ao reforço do trabalho que vinha sendo desenvolvido nos últimos anos na regularização das linhas de água, na sua renaturalização e no robustecimento dos rios. Lembrou que grande parte da rede hídrica estava profundamente artificializada, resultado de décadas ou séculos de intervenção humana, e que exigia uma intervenção contínua, estando em alguns casos muito além da capacidade para a qual fora dimensionada. Mencionou a existência de rios e leitos de ribeiras criados para uma realidade urbana que já não correspondia à atual, bem como a continuação de projetos de impermeabilização de vertentes e planaltos que aumentavam a quantidade de água que chegava ao fundo dos vales.-----

Defendeu que era necessário olhar para aquelas questões com muita atenção e aproveitar aquele momento para as colocar em cima da mesa, reconhecendo que não seriam resolvidas numa, duas ou três administrações municipais, mas que era urgente encontrar um caminho. Concluiu dizendo que aquela era a contribuição que a CDU pretendia dar ao debate. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), declarou que iriam votar favoravelmente e acompanhar a moção apresentada pelo Partido Socialista. Recordou que a situação em causa tinha tido impacto cerca de três anos antes, quando, durante uma reunião no mesmo hemiciclo, todos tiveram de sair de emergência devido às cheias. Por esse motivo, afirmou que aprovariam o documento apresentado.-----

Sublinhou que, há cerca de três anos, o concelho tinha enfrentado um episódio grave de cheias, que provocou prejuízos significativos, e que o recente quadro climatérico adverso, embora com maior incidência na região Oeste, também se fez sentir no concelho de Loures. Indicou que, apesar de viabilizarem o documento, pretendiam salientar a importância do poder local nessas matérias.-----

Referiu que é precisamente em situações de calamidade que se torna evidente o papel fundamental do poder local, uma vez que é a esse nível que as pessoas afetadas recorrem em primeiro lugar. Defendeu que esses problemas não podem ser pensados apenas numa lógica local, mas exigem igualmente uma abordagem nacional. Deu nota que, embora as autarquias sejam, de acordo com o espírito da Constituição, as primeiras a responder, as respostas provenientes do Governo nem sempre são suficientes. -----

Sublinhou ainda a relevância dos autarcas, presidentes de câmara e presidentes de junta de freguesia, enquanto primeiros interlocutores e primeiros apoios das populações que enfrentam situações delicadas e perdas significativas. Defendeu também a necessidade de uma maior descentralização e delegação de competências para as autarquias, acompanhada dos respetivos meios financeiros, dado que essas constituem a primeira linha de resposta às necessidades das populações afetadas por episódios meteorológicos adversos. -----

Concluiu afirmando que, por todas essas razões, o Chega estava plenamente de acordo com o documento apresentado pelo Partido Socialista e que, naturalmente, votariam favoravelmente. -----

- Não se tendo verificado mais intervenções, passaram à votação -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 43 PRESENÇAS** ---

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD): *O Partido Social Democrata votou favoravelmente este documento porque revê-se em muitas das observações que estão nele contidas e também para dizer que, apesar de todas as dificuldades que existiram no concelho durante estes meses de tempestades e de depressões sistemáticas, etc., verificámos que, por obra do executivo camarário, sobretudo no último mandato, houve um conjunto de ações que fizeram com que algumas das zonas onde sistematicamente tivemos cheias, e tínhamos pessoas desalojadas, e tínhamos empresas sem trabalhar e pessoas a viver na rua, se conseguisse que isso não acontecesse com tanto impacto. E não foram umas chuvadazinhas, não é? Já lembraram hoje aqui que houve uma altura em que tivemos que sair daqui com água quase pelo joelho. Pronto, mas isso foi fruto deste trabalho e é preciso também dizer que esse trabalho foi feito pela vereação no mandato anterior e esperemos não, não é esperemos, desejamos, e tem que ser, e eu estou certo que será, um trabalho contínuo.* -----

- João António Leal Cruz Franco (PS): *A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente a Moção que apresentámos, porque nos revemos totalmente naquilo que apresentámos. Esta é uma verdade de La Palice, mas também porque o concelho de Loures é um concelho que apesar de tudo tem sorte. Tem a sorte de desde 2021 ter um Presidente de Câmara e um conjunto de vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista que encetaram uma marcha que está a fazer frente aos problemas endémicos das inundações no Concelho de Loures.* -----

Por isso, necessariamente tínhamos que reforçar esta questão perante este hemisfrio e tínhamos que deixar esta saudação perante o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores. -----

Permitam-me muito rapidamente, que chame aqui à colação, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, para saudar a forma extremamente competente como geriu aquela crise. -----

Loures tem a sorte de ter este presidente e Coimbra tem a sorte de ter aquela Presidente de Câmara. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU): *Nós votamos favoravelmente esta moção, porque consideramos que nos identificamos com todo o texto, relativamente aos agradecimentos, relativamente ao pesar que sentimos pelo falecimento das pessoas e relativamente à exigência que fazemos de que este concelho seja considerado nos apoios que são necessários, tendo em conta também os prejuízos que ocorreram.* -----

Também votamos favoravelmente, porque havendo tudo aquilo que houve, havendo todas as tempestades que houveram, acontecendo tudo aquilo que aconteceu, quer no país, quer no nosso concelho, esta é uma moção onde não está inscrito a cheia em Sacavém e por isso nós também votamos a favor. Não houve cheia em Sacavém. -----

- Ainda no “Período de Antes da Ordem do Dia”, entrevistaram os seguintes deputados municipais:-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), referiu que se tratava de um apelo. Mencionou que, no dia anterior, tinham sido divulgadas notícias dando conta de que a PSP registou mais de mil e seiscentas queixas de violência no namoro, correspondendo a um aumento de quinze por cento em 2025 face a 2024. Sublinhou que aqueles números deveriam mobilizar a sociedade civil, sobretudo considerando que o número de vítimas de violência doméstica também não tem parado de crescer. -----

Recordou que, no dia 14 de fevereiro, a União de Mulheres Alternativa e Resposta divulgou um estudo nacional sobre violência no namoro, que apontava para um aumento da legitimação de comportamentos violentos. Entre as principais conclusões, resultantes da participação de mais de oito mil jovens, destacava-se que 68,2% não consideravam pelo menos um dos quinze comportamentos apresentados como violência no namoro. Concluiu igualmente que o controlo na relação era o comportamento mais legitimado: 53% dos jovens inquiridos não o identificavam como forma de violência; 40% não consideravam a perseguição como violência; e 27% não reconheciam a violência psicológica como tal. Indicou ainda que 66% dos jovens que já tinham tido uma relação afirmavam ter experienciado pelo menos um comportamento violento, sendo novamente o controlo o mais reportado. -----

Com base naqueles dados, afirmou que pretendia deixar dois apelos. O primeiro era um apelo à denúncia, dirigido tanto a quem estava presente como a quem acompanhava os trabalhos à distância, incentivando a denunciar qualquer situação de violência, fosse no namoro ou noutro contexto. O segundo apelo dirigia-se ao município e à Assembleia Municipal, solicitando que, no âmbito das respetivas competências, pudessem promover ações de sensibilização e campanhas de informação capazes de mitigar esse flagelo. -----

Sublinhou que aquele problema não se limitava ao facto de existirem vítimas de violência, mas incluía também a falta de consciência relativamente ao desvalor das condutas agressoras. Considerou que essa era uma questão que merecia reflexão por parte de todos e que justificava a implementação de iniciativas municipais específicas, dada a gravidade da situação. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu à deputada municipal a referência ao relatório anual e aos dados quantitativos e qualitativos apresentados. Da parte da Assembleia Municipal e da Mesa, informou que ficaria em consideração a possibilidade de a próxima Assembleia Municipal Jovem ser dedicada ao tema, considerado pertinente, oportuno e emergente entre os jovens, sobretudo no que respeita à necessidade de educação para a igualdade, cada vez mais premente no que diz respeito

ao respeito mútuo e à consciência da ilicitude de comportamentos que, infelizmente, continuam a ser legitimados por muitos jovens.-----

Sublinhou que, se aquele fenómeno não for travado, a espiral de violência doméstica tenderá a perpetuar-se nas gerações seguintes, afirmando que um jovem violento será, no futuro, um companheiro violento. Agradeceu pelo alerta e pela sensibilização, garantindo que, da parte da Assembleia Municipal, tudo seria feito para que o assunto permanecesse na agenda diária. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, findou o “Período de Antes da Ordem do Dia” para dar início ao “Período de Intervenção do Público”.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Neste período, foi informado que existiam três (3) munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir. -----

De imediato, informou a intenção de conceder a palavra a Tiago António Melo Silva Neves de Carvalho, filho do senhor Fernando Carvalho, a quem a Assembleia teve ocasião de apresentar um voto de pesar e prestar homenagem pelo legado deixado enquanto autarca, cidadão e humanista no concelho. -----

Em nome da Mesa, foram transmitidas sentidas condolências, sublinhando que a obra material e imaterial deixada por Fernando Carvalho continuaria a inspirar todos e seria certamente um farol orientador para fazer mais e melhor pelo concelho de Loures. ----

- Tiago António Melo Silva Neves de Carvalho, em nome da sua família, expressou o mais profundo agradecimento pelo voto de pesar aprovado em memória do seu pai, Fernando Carvalho. Referiu que o reconhecimento público do percurso e da dedicação do seu pai à comunidade, constituía um conforto para todos num momento particularmente difícil. Agradeceu pelo apoio recebido e enviou um abraço a todos os presentes.-----

- Mário de Jesus Lopes, mencionou que as suas primeiras palavras eram dedicadas a recordar o falecido João Salgueiro, considerada uma figura marcante do Portugal contemporâneo. Assinalou que se cumpriam três anos desde o seu falecimento, mas que continuava presente no pensamento de muitos. -----

Afirmou que uma das preocupações de João Salgueiro dizia respeito ao concelho de Loures, que, segundo ele, teria respondido bem à recente tempestade e tendo atribuído uma nota muito positiva ao presidente Ricardo Leão e à sua equipa. Em contraste, considerou que a governação central não teria estado ao mesmo nível, embora se tenha destacado positivamente a atuação da presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa.-----

Recordou a experiência pessoal na guerra do Ultramar e questionou por que motivo os militares não tinham sido colocados mais cedo na linha da frente, salientando que forças como fuzileiros, comandos, paraquedistas e engenharia militar, juntamente com os bombeiros, tinham prestado apoio essencial às populações. Defendeu que poderia ser o momento de repensar a existência de um comando único. Apontou erros estruturais, como a construção de pontes sobre diques, e alertou que a reconstrução da zona centro e de algumas áreas ribeirinhas levaria anos.-----

Pediu desculpa aos deputados da Assembleia Municipal, sublinhando que a visão apresentada era independente.

Solicitou ao presidente da Câmara, Ricardo Leão, que intercedesse junto do governo central para que o concelho de Loures continuasse no caminho do progresso e do desenvolvimento socioeconómico. -----

Fez referências a acontecimentos nacionais amplamente discutidos na esfera pública e mencionou que, apesar das dificuldades vividas no país, Loures seria, na perspetiva expressa, um exemplo positivo. -----

Mencionou ainda que, naquele mesmo dia, a terra tremeu em Lisboa, embora não o tivesse sentido diretamente, mas tivesse recebido relatos de outras pessoas. Recordou que Portugal se encontra numa zona sísmica e concluiu que era necessário rever diversas questões ambientais, tendo em conta a vulnerabilidade humana perante esses fenómenos. -----

- Maria José Alves Cardoso, mencionou que a residência onde vivia ficava no Bairro de São João, onde ocorreu o deslizamento de um muro. Referiu que vivia naquele bairro há sessenta anos e que era a primeira vez que, na sua rua, uma ribanceira caía. Contou que o pai construía a casa dentro dos parâmetros legais, pagando IMI e todas as contribuições devidas ao Estado, e que os recibos que recebia eram iguais aos de qualquer morador da avenida de Camarate. -----

Afirmou que, naquele Bairro de São João, não havia ninguém que não tivesse já procurado o presidente da Junta, Renato Alves, presente na sessão, e que tinham sido feitas várias reuniões para pedir melhorias no bairro. Explicou que existia um problema grave relacionado com a água, com ramais que iam rebentando sucessivamente, primeiro no número 40, depois no número 70, e assim sucessivamente. -----

Relatou que, apesar de já ter chovido muitas vezes no bairro sem nunca ter caído um muro, daquela vez a situação foi diferente. Disse que tinham pedido ao presidente da Junta que resolvesse o problema da via e das águas, e que ele concordara e iniciara as obras. No entanto, considerou que as obras começaram mal, porque se iniciou pela construção de um muro muito pesado num terreno que descreveu como móvel. Acrescentou que a obra ficou inacabada e que, junto ao número 70, permanecia desde junho de 2024 uma betoneira parada, além de montes de brita e terra que, com a acumulação das chuvas, criaram uma verdadeira “piscina” à porta das casas.-----

Explicou que o bairro era em declive e onde vivia, recebendo toda a água que descia desde a entrada do bairro. Contou que, desde a intempérie do dia 5, deixou de habitar a casa por indicação da Proteção Civil, que alertou para o risco de ruína. Disse que verificava diariamente a habitação e que não encontrara qualquer rachadura, mas que a assistente social lhe comunicou que não poderia regressar até ao dia 21. Mais tarde, no mesmo dia, recebeu nova informação indicando que só poderia regressar após o dia 24, porque as análises aos solos ainda não permitiam garantir segurança. -----

Relatou que, desde o dia 5, já tinha mudado de residência três vezes: primeiro para casa de amigos, depois para um alojamento local, agradecendo à Câmara o apoio financeiro que tornou possível essa solução, dado que o seu ordenado não permitia suportar tal despesa. Explicou que o prédio onde vivia estava dividido em três partes e que, no seu terço, viviam ela, o marido, a filha, o genro e um bebé, todos obrigados a abandonar o edifício. -----

Informou que, no dia seguinte, teria de voltar à Segurança Social, a pedido da uma técnica, para uma nova reunião, sem saber ainda que orientações receberia. Concluiu dizendo que continuava sem saber quando poderia regressar à casa, onde vivia há sessenta anos.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes.-----

- O Presidente da Câmara Municipal, dirigiu uma palavra a Tiago Carvalho, afirmando que era com muita honra e orgulho que o concelho de Loures teve um autarca como o seu pai, a quem todos deviam muito, especialmente a freguesia da Bobadela, à qual dedicou muitos anos de serviço. Transmitiu um abraço solidário e votos de força naquele momento difícil. -----

Relativamente ao senhor Mário de Jesus Lopes, agradeceu a participação e o conjunto de notas e considerações que habitualmente apresentava. -----

Quanto à munícipe Maria José Cardoso, reconheceu que a situação que enfrentava era difícil, tal como a de todas as pessoas em circunstâncias semelhantes. Sublinhou que se tratava de um conjunto de encostas que não dizia respeito apenas ao concelho de Loures, mas também a vários outros concelhos onde existiam realidades idênticas. Expressou solidariedade para com todas as famílias afetadas. Explicou que a prioridade do município foi sempre a prevenção de situações potencialmente muito graves e que, por isso, tinham sido tomadas decisões necessárias. Afirmou que, desde a primeira hora, o município procurou encontrar soluções temporárias que garantissem dignidade e uma resposta humanizada às pessoas afetadas. Reconheceu, contudo, que o tempo ia passando e que os munícipes necessitavam de respostas. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, deixou um abraço muito particular dirigido a Tiago de Carvalho. Referiu que o conhecia há muitos anos e que teve o prazer de privar com o seu pai, que sempre foi uma referência naquela comunidade e naquela terra onde iniciou o seu percurso político. Disse que seria sempre recordado com o carinho e o reconhecimento que lhe eram devidos. -----

Agradeceu igualmente as questões colocadas pela munícipe Maria José Cardoso e tal como já havia sido referido pelo presidente da Câmara, explicou que tinham sido necessárias decisões difíceis, sempre orientadas pela prioridade absoluta de salvaguardar a vida humana. Sublinhou que essa tinha sido a primeira preocupação e que todas as medidas tomadas se enquadravam nesse princípio. -----

Explicou que o trabalho em curso estava a ser desenvolvido não apenas pelo município, mas também em articulação estreita com o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com o objetivo de avaliar a possibilidade de regresso dos moradores às suas habitações. A última informação disponível, também teria sido transmitida à munícipe, que era a de que os solos continuavam em avaliação. Esclareceu que o problema não residia na existência de fissuras nas casas, mas sim no movimento do solo, que poderia fazer deslizar construções aparentemente intatas. Por esse motivo, a prioridade do município tinha de ser a proteção das pessoas.-----

Referiu que a situação não se limitava ao Bairro de São João, mas abrangia igualmente o Bairro de Santa Benedita, o Bairro de Mira Loures e várias outras zonas ao longo das costeiras do Trancão, em ambos os lados, caracterizadas por grande complexidade urbanística. Relembrou que muitas dessas habitações não podiam ser licenciadas precisamente devido à instabilidade dos terrenos. -----

Quanto à possibilidade de regresso às casas, explicou que o LNEC solicitou que fosse mantida a interdição pelo menos até ao dia 24, para permitir a estabilização dos solos. Informou que técnicos municipais, técnicos do LNEC e elementos da Proteção Civil se deslocavam regularmente ao local, recolhendo fotografias diárias para monitorizar eventuais deslocações de massa. Sublinhou que se estava a trabalhar para garantir o máximo de segurança possível antes de permitir o regresso dos moradores. -----

Esclareceu que não era possível indicar uma data concreta, uma vez que essa decisão não cabia ao município, mas sim às entidades técnicas competentes. Reforçou que se estava a trabalhar diariamente para tornar esse regresso possível. -----

Recordou ainda que o problema não era recente, remontando às décadas de 1960 e 1970, e que afetava todos os bairros situados naquela encosta. Sublinhou que o município não podia colocar em risco a vida dos seus munícipes e que era necessário agir com responsabilidade, envolvendo não apenas a Câmara, mas também outras entidades e os próprios moradores. -----

Concluiu, afirmando que a ocupação prolongada daquela costa exigia uma solução conjunta e estruturada, dada a pressão exercida sobre solos que não eram rochosos,

mas sim terrenos suscetíveis de deslize, o que poderia originar uma calamidade de grandes dimensões caso não fossem tomadas medidas adequadas. -----

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que iriam passar ao Período da Ordem do Dia. Deu nota que o primeiro ponto previsto dizia respeito ao Plano de Ação Climática de Loures, mas que seria necessário votar a sua retirada. Explicou que o vereador Nuno Dias, por impossibilidade da comissão competente, não conseguira reunir previamente como pretendia e, não estando o processo concluído, propôs a retirada do ponto, aguardando a reunião marcada para o dia 23 com a respetiva comissão. Esclareceu que o ponto seria reintegrado na próxima ordem de trabalhos. -----

Esclareceu que a limitação ocorreu ao nível da Assembleia Municipal, concretamente de uma das comissões, e não por parte do executivo, referindo que o vereador em causa manifestara há muito a intenção de reunir com a comissão. Recordou que as comissões tinham sido empossadas recentemente e que não foi possível compatibilizar agendas naquela semana. -----

Após essa explicação, propôs a retirada do ponto, procedendo à votação. Não houve votos contra nem abstenções, sendo a retirada do ponto aprovada por unanimidade, com 42 presenças. -----

Assim, transmitiu que o ponto dois passaria a constituir o novo ponto um, referente à Alteração ao Plano de Pormenor da Quinta do Correio Mor para adequação ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). -----

Proposta n.º 757/2025 – Plano de Ação Climática de Loures (Aprovação ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º, da Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021). Proposta da Câmara Municipal. -----

----- PONTO UM -----

Proposta n.º 47/2026 – Alteração ao Plano de Pormenor da Quinta do Correio Mor para adequação ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Aprovação ao abrigo artigo 90.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (8RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não se verificaram intervenções neste ponto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 32 VOTOS A FAVOR (20 PS, 6 CH, 5 PPD/PSD, E IL) E 7 ABSTENÇÕES (6 CDU E BE) - 39 PRESENÇAS.** -----

- O deputado municipal Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto, que foi entregue por escrito e fica apensa à presente ata. (Doc. 4)

----- **PONTO DOIS** -----

Proposta n.º 55/2026 - 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026 e Opções do Plano 2026-2030 (Aprovação ao abrigo do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Não se verificaram intervenções neste ponto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 31 VOTOS A FAVOR (20 PS, 5 PPD/PSD E 6 CDU), 2 ABSTENÇÕES (BE E IL) E 8 VOTOS CONTRA DO CH - 41 PRESENÇAS.** -----

----- **PONTO TRÊS** -----

Proposta n.º 58/2026 - Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Travessa Barbosa Resende, em Loures (Deliberação ao abrigo do disposto da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não se verificaram intervenções neste ponto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 41 PRESENÇAS.** -----

----- **PONTO QUATRO** -----

Gestão Municipal (Apreciação ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

- Neste ponto intervieram: -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), recordou um tema que tinha abordado cerca de dois meses antes, relacionado com a Avenida 25 de Abril, na Portela da Azóia, e

questionou a razão da demora das obras. Admitiu que pudesse existir alguma justificação associada às condições climatéricas bastante adversas que se tinham verificado nos dois meses anteriores. -----

Referiu ainda outra questão, situada a cerca de trezentos metros dali, já em direção ao concelho de Vila Franca de Xira. Assinalou que era público que existia uma derrocada na Estrada Nacional 115 e, apesar de não se tratar de território de Loures, tratava-se de uma via muito utilizada, incluindo por munícipes de Loures, pelo que considerava que a situação exigia atenção, dado o risco existente. Recordou que não era novidade haver ali problemas de contenção de solos e perguntou se o Presidente tinha conhecimento da situação ou se tinha tomado alguma iniciativa junto da IP - Infraestruturas de Portugal para promover a reparação. -----

Abordou novamente os efeitos das tempestades, tema já discutido várias vezes, e lembrou que era atualmente obrigatório que a cablagem das novas construções fosse subterrânea. Questionou se estava a ser feito algum trabalho no sentido da substituição progressiva da cablagem aérea existente, referindo que além de pouco estética, deixava as ruas visualmente sobrecarregadas. Perguntou também se existia algum tipo de cooperação com as entidades responsáveis por essas infraestruturas para avançar com essa substituição. -----

Por fim, referiu que, durante as tempestades, tinham ocorrido situações como a de Leiria, onde muitas entidades, juntas de freguesia e câmaras municipais ficaram sem qualquer capacidade de comunicação. Nesse contexto, perguntou se, no concelho de Loures, estava prevista alguma dotação para as juntas de freguesia ao nível de geradores ou de sistemas de comunicação por satélite, como o *Starlink*, de forma a garantir que, caso situações semelhantes ocorressem em Loures, os impactos fossem menores e não causassem os problemas registados noutras zonas do país. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), começou por referir que, relativamente ao documento que lhes tinha sido facultado sobre o Rendimento Social de Inserção, tinham verificado que entre novembro e dezembro tinham sido registados cerca de 1.453 pedidos. Acrescentou que o documento mencionava também o número de contratos de inserção aprovados nos NLIS e afirmou que pretendia perceber quantos desses pedidos se tinham traduzido efetivamente em novos contratos de trabalho. Questionou ainda que medidas estavam a ser implementadas para apoiar essas pessoas na integração no mercado de trabalho, evitando que permanecessem dependentes exclusivamente do RSI. -----

Em seguida, referiu que o documento mencionava três auditorias, incluindo uma auditoria interna às transferências para associações, que estaria em fase de conclusão. Disse que o CHEGA gostaria de requerer esse documento para análise, bem como o relativo às transferências de verbas para os agrupamentos escolares. Referiu também que o documento mencionava a revisão da norma de controlo interno, cuja conclusão

estava prevista para 2025, e perguntou se, estando já no final de fevereiro, essa auditoria se encontrava concluída e se poderia ser partilhada. Sublinhou que auditorias realizadas por entidades como o Tribunal de Contas, IGF ou DGAL costumam incluir recomendações úteis para todos os partidos e para o funcionamento da Câmara. -----

Passou depois à área da saúde, referindo que o documento mencionava o programa de rastreio do cancro da mama, realizado entre 1 de setembro e 26 de dezembro através de uma unidade móvel no Concelho de Loures. Disse valorizar este tipo de campanhas e reiterou o desafio já anteriormente apresentado ao executivo para que esse tipo de rastreios fosse alargado a outras patologias, como a diabetes. -----

Sobre a dívida da habitação municipal, afirmou que, apesar de reconhecer o esforço do executivo na recuperação dos valores em dívida, pretendia saber qual o montante efetivamente recuperado até à data. Perguntou também quantos despejos tinham sido promovidos por incumprimento dos contratos de arrendamento ou do regulamento da habitação municipal revisto em 2022. Solicitou ainda informação sobre o número de providências cautelares apresentadas para impugnar atos administrativos de despejo e se essas tinham aumentado com a aplicação do novo regulamento. Manifestou preocupação com o valor de 4.286.935 euros em cobrança coerciva através do protocolo com as finanças, alertando que muitos desses montantes poderiam não ser recuperáveis devido à situação económica dos devedores. -----

Relativamente ao Gabinete de Apoio ao Migrante, referiu algumas ações realizadas, como “Viver Portugal – Acolhimento e Integração”, que teve 15 inscritos, mas apenas 13 participantes, e a ação sobre o acesso dos migrantes à saúde, com 27 inscritos e 16 participantes. Referiu que, segundo o documento, 77 técnicos da Câmara tinham estado envolvidos nestas iniciativas e questionou se, perante a procura registada, se justificava mobilizar tantos recursos municipais. Defendeu que esses serviços deveriam ser prestados pela AIMA e perguntou se a Câmara não estaria a sobrecarregar os seus próprios serviços. -----

Sobre os transportes rodoviários, referiu que o documento mencionava a instalação de três abrigos em São Julião do Tojal, Loures e Frielas, mas afirmou que continuavam a existir queixas em Camarate, onde persistiam deficiências e onde alguns abrigos tinham caído devido às intempéries. -----

Colocou também questões sobre o sistema de videovigilância, pedindo o ponto de situação e informação sobre desenvolvimentos recentes. Perguntou igualmente pelo estado do concurso público relativo à A1. -----

Por fim, abordou o tema das intempéries e das AIRUS, afirmando que essas zonas eram particularmente delicadas e que seria importante perceber que medidas o executivo tencionava adotar. Perguntou se já existia trabalho desenvolvido no âmbito do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Loures e o LNEC para o estudo dessas realidades e se poderiam ser fornecidas informações sobre o que já estava em curso.

Disse ainda ter percebido, segundo o vereador Nuno Dias, que as AIRUS estariam incluídas nesse estudo. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu que, na zona do Túnel do Grilo, tanto no sentido ascendente como descendente, o pavimento estava em muito mau estado. Mencionou que, embora provavelmente não fosse da competência do município, queria saber que diligências tinham sido feitas, uma vez que se tratava de uma zona por onde passavam milhares de viaturas e onde se verificavam problemas significativos. Assinalou que havia carros que eram obrigados a encostar devido ao rebentamento de pneus, o que demonstrava a gravidade e complexidade das situações que ali ocorriam. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), referiu que a Câmara Municipal tinha realizado recentemente trabalhos de pavimentação na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, salientando que se tratava de intervenções importantes e há muito aguardadas pelos fregueses. No entanto, quis saber se os trabalhos de pavimentação previstos já tinham sido concluídos e se existiam novos projetos para aquelas áreas. Explicou que, apesar de todo o concelho enfrentar dificuldades, os fregueses tinham manifestado preocupação e pedido que a questão fosse levantada, de forma a terem alguma tranquilidade quanto à continuação das melhorias. -----
Acrescentou que também foi contactado por alguns cidadãos de Camarate sobre uma situação que não teve oportunidade de verificar pessoalmente: uma caixa de esgoto que estaria a céu aberto na T7, em Camarate. Admitiu que o problema pudesse já estar resolvido, mas transmitiu a preocupação das pessoas relativamente àquele ponto. -----
Abordou ainda outra questão relacionada com as derrocadas e deslizamentos de terras, nomeadamente no Bairro de São João e no Bairro de São Benedito, tema que já tinha sido mencionado anteriormente por uma munícipe. Quis saber qual era o ponto de situação dos moradores que tinham sido obrigados a abandonar as suas casas, até quando iriam receber apoio e se a Câmara tinha já um programa definido, ou em estudo, para uma intervenção naquela área. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), recordou que, na passada Assembleia Municipal, tinha colocado uma questão relativa à situação vivida no apeadeiro da Bobadela, onde ocorria o alagamento com efluentes domésticos em períodos de maior pluviosidade. Referiu que, na altura, recebeu uma resposta da Câmara Municipal, através do vereador Nuno Dias, que essencialmente indicou que já tinham contactado a empresa responsável pela rede em alta, que a responsabilidade era dessa entidade e que não estavam a obter resposta. -----
Acrescentou que, entretanto, surgiu uma nova comunicação, desta vez da Junta de Freguesia, na qual a Junta assumia que existia uma responsabilidade da rede municipal

na origem do problema naquele local. Referiu que, a seu ver, a comunicação da Junta parecia mais próxima da realidade. -----

Nesse sentido, quis saber se a Câmara Municipal, tal como tinha sido referido anteriormente, estava efetivamente a articular com a entidade gestora da rede em alta a resolução do problema e qual era a perspetiva existente quanto a uma solução. -----

- Paula Cristina Vieira Teixeira (BE), mencionou que a sua pergunta tinha por base um e-mail enviado por um município a todas as forças políticas, referente a uma candidatura à habitação municipal apresentada há mais de dezoito anos. Informou que esse município se encontrava em situação de despejo iminente, com menores a cargo, vivendo em condições que descrevia como perigosas. -----

Nesse contexto, quis saber qual era o ponto de situação concreto do processo, que critérios estavam a ser aplicados na sua avaliação e que resposta urgente o executivo previa dar àquele agregado familiar, tendo em conta o risco habitacional extremo identificado. -----

- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro (Chega), começou por referir que a escola-sede da Bobadela tinha sido alvo de uma auditoria por parte do Ministério da Educação. Explicou que, nessa auditoria, tinham surgido informações segundo as quais a Escola n.º 2 do Bairro da Petrogal iria ser encerrada e que existia a intenção de construir uma nova escola na Quinta da Parreirinha. Deu nota que a própria auditora do Ministério tinha ressalvado que as escolas não se fecham, mas afirmou que gostaria de obter uma confirmação oficial do executivo municipal sobre esta matéria. -----

Perguntou em que ponto se encontrava o processo relativo ao refeitório dessa mesma escola, uma vez que, segundo a auditoria, apenas estaria concluído dentro de quatro anos. Quis ainda saber qual era a situação da sala da associação de pais, onde funcionava o CAF, que tinha sido desocupada devido à necessidade de instalar ali um projeto municipal de biblioteca, questionando se o problema já se encontrava resolvido. -----

Questionou depois o corte das árvores na Estrada Nacional 10, querendo saber se a zona iria permanecer naquele estado ou se existia algum projeto previsto para o local. -----

Referiu ainda que o Presidente tinha mencionado a instalação de desfibriladores automáticos nos pavilhões desportivos do município e perguntou se os pavilhões desportivos existentes nas escolas também iriam receber esse equipamento. -----

Questionou igualmente quantas escolas do município tinham realizado a evacuação no momento do sismo ocorrido naquele dia, referindo que, apesar de se falar muito de segurança, não tinha conhecimento de nenhuma escola que tivesse efetuado o procedimento. -----

Por fim, abordou a situação de uma onda de assaltos no município, referindo que, em zonas como o Bairro da Petrogal, a Quinta da Parreirinha e a Portela de Sacavém, os moradores reportavam que, ao contatarem a PSP, eram informados de que não existiam

efetivos nem viaturas disponíveis para novas patrulhas. Perguntou se o município estava ao corrente da situação e qual era o ponto de situação relativamente a esse problema.

- Duarte Miguel Monge Correia (Chega), mencionou que pretendia dar continuidade a uma intervenção que tinha feito na Assembleia em dezembro de 2025, relativa ao ponto de situação do Quartel da GNR em Bucelas, sublinhando que a questão permanecia sem quaisquer avanços. -----

Informou ainda que tinha sido contactado por munícipes de Bucelas acerca da existência de construções ilegais na Rua Azinhaga da Fonte, nas traseiras da sede da Confraria do Arinto de Bucelas. Nesse sentido, quis saber se o executivo municipal tinha conhecimento da situação e, caso tivesse, o que pretendia fazer relativamente a um problema que preocupava profundamente os habitantes da freguesia. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para prestar esclarecimentos relativamente às questões colocadas. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, começou por se dirigir ao senhor deputado municipal Rui Pinhel, explicando que a Rua 25 de Abril tinha sofrido uma interrupção devido a razões já anteriormente expostas. Referiu que existia uma crença associada à paróquia, a qual solicitou a suspensão da obra, situação que foi acautelada. Acrescentou que, desde janeiro até ao momento, o país foi assolado por um conjunto contínuo de tempestades, considerando compreensível que, nessas condições, não fosse possível avançar com pavimentações, uma vez que esse tipo de intervenção não se realizava em tempo de chuva. Embora não fosse engenheiro civil, salientou que na bancada do deputado municipal existiam especialistas que sabiam que esse tipo de obra exige condições climatéricas adequadas. -----

Defendeu, no entanto, que tal não significava insensibilidade face aos transtornos vividos pela população, uma vez que ele próprio utilizava diariamente aquela via e constata as dificuldades, nomeadamente os desvios constantes para evitar tampas de esgoto que provocavam danos em pneus e jantes. Referiu que a Câmara Municipal tinha realizado esforços para minimizar esses impactos, colocando material temporário envolvente às tampas, mas reconheceu que esse material se degradava rapidamente.-- Quanto ao ponto de situação da Rua 25 de Abril, informou que os trabalhos já estavam em curso, tanto na zona da igreja como nos estacionamento e cruzamentos, adiantando que a intervenção na via principal se iniciaria de forma célere, aproveitando a melhoria do tempo. Segundo informação do Departamento de Obras Municipais, a empreitada ficaria concluída num prazo aproximado de uma semana e meia. Reconheceu os transtornos causados à população, sublinhando que foi feito tudo o que esteve ao alcance do município, embora não tivesse sido possível avançar mais cedo. --

Relativamente à Estrada Nacional 115, explicou que o Município de Loures, incluindo ele próprio, contactara o Presidente da Infraestruturas de Portugal, assim como o Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira. Inicialmente, a IP monitorizou a situação e considerou não existir perigo, mas mais tarde decidiu, por precaução, encerrar uma das vias junto à encosta. Embora o troço se localizasse no território de Vila Franca de Xira, afirmou tratar-se de uma via fundamental para o concelho de Loures, tanto em termos de mobilidade como de abastecimento. Disse ainda que a IP garantiu que a intervenção seria realizada com a maior brevidade possível.-----

Referiu que aquela era a primeira Assembleia Municipal após as intempéries e reiterou os agradecimentos a todos os profissionais e trabalhadores da Câmara Municipal, incluindo polícia municipal, sapadores florestais, juntas de freguesia, autarcas, bombeiros, GNR e PSP, que estiveram envolvidos, muitas vezes durante a madrugada. Destacou o orgulho sentido pela resposta coletiva dada à situação. -----

Informou que estavam a ser apurados os danos causados, os quais foram significativos, mas salientou que a prioridade foi garantir uma resposta rápida, nomeadamente na desobstrução de vias, permitindo que a população pudesse retomar a sua rotina com o mínimo de perturbações. Informou que, entre 19 de janeiro e 10 de fevereiro, foram registadas 586 ocorrências, incluindo quedas de árvores, estruturas, falhas elétricas e deslizamentos, todas resolvidas graças a um esforço incansável. -----

Acrescentou que Loures é um concelho particularmente suscetível a cheias, mas que investimentos realizados no mandato anterior e até no outro, nas linhas de água e consolidação de margens foram determinantes para mitigar os impactos das chuvas intensas. Reconheceu, contudo, que algumas margens sofreram novos danos e que será necessário um novo investimento para garantir resiliência futura. Destacou ainda a importância da construção de uma bacia de retenção em Frielas e Santo António dos Cavaleiros como obra estruturante para a mitigação de cheias futuras.-----

Realçou o trabalho de prevenção feito pelo município, nomeadamente o forte investimento nas corporações de bombeiros e o reforço das verbas atribuídas às juntas de freguesia, permitindo-lhes maior capacidade de resposta com meios próprios, como tratores e retroescavadoras. Referiu que várias juntas atuaram de forma autónoma e eficaz na remoção de árvores caídas, algo impensável em anos anteriores.-----

Quanto ao estado de calamidade, esclareceu que nunca solicitou esse estatuto para Loures, considerando inadequado comparar a situação com concelhos como Leiria ou Coimbra. No entanto, criticou o facto de o Governo ter limitado apoios apenas a municípios em estado de calamidade, considerando essa decisão injusta para concelhos que, como Loures, sofreram prejuízos significativos. Referiu que, enquanto vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, já fizera esse apelo formal ao Governo e considerou a moção aprovada na Assembleia Municipal como importante instrumento de pressão. -----

Referiu que ainda existem cerca de cinco ou seis vias municipais obstruídas. Explicou que, em Lousa, Fanhões, Bucelas e Unhos, a autarquia terá de intervir para não ficar à espera, recorrendo ao fundo de emergência municipal para realizar essas ações. Indicou que foram destinados dois milhões de euros para uma intervenção rápida no terreno, com o objetivo de repor a normalidade nas escolas e no parque escolar do concelho. --- Acrescentou que, numa visita recente a Fanhões, foi possível confirmar o arranque iminente de uma obra importante na escola local, nomeadamente trabalhos de impermeabilização, motivados pelos problemas causados pela elevada quantidade de água, que afetaram a dignificação da escola pública. Deu nota que essas intervenções serão imediatas e não adiadas por um mês ou mais. -----

Referiu ainda que outros dois milhões de euros se destinam a pavimentações e repavimentações das vias municipais, uma vez que muitas estradas ficaram degradadas devido às chuvas intensas e necessitam de intervenção urgente. Sublinhou que o município tem capacidade e resiliência para agir rapidamente, ao contrário da maioria dos municípios, razão pela qual considera fundamental que o Governo se sensibilize para esta questão. Defendeu que a Infraestruturas de Portugal (IP) deveria transferir verbas para o município, permitindo que este execute as intervenções, o que classificou como fazer parte da solução. -----

Reconheceu que a IP enfrenta dificuldades a nível nacional, mas reiterou a sua disponibilidade para colaborar. Explicou que há empreitadas da responsabilidade da IP já em execução, como a do Túnel do Grilo, não sendo necessária intervenção municipal nesses casos. Outras situações, como a da Estrada Nacional 115, são estruturais e terão de ser resolvidas pela IP. Manifestou esperança de que, com o apoio do Ministro Pinto Luz, seja possível avançar rapidamente para garantir melhores condições da rede viária no concelho. -----

Relativamente às vias municipais, confirmou que as intervenções serão realizadas com recurso ao fundo de emergência, já legalmente constituído para esse efeito. Informou que haverá um conjunto de pavimentações a iniciar, em articulação com as juntas de freguesia, e explicou que estas intervenções terão de ocorrer preferencialmente entre maio e setembro, devido às condições climáticas. -----

Apresentou três frentes de atuação: a administração direta da Câmara, a realização de obras financiadas pelos dois milhões de euros disponíveis e uma terceira via que envolve uma proposta de colaboração com as juntas de freguesia. Nessa proposta, a Câmara disponibilizaria maquinaria e coordenação técnica, enquanto as juntas forneceriam massas asfálticas, alcatrão e mão de obra, permitindo uma resposta mais rápida e concertada. -----

Quanto à questão dos cabos à vista nas vias públicas, afirmou tratar-se de um problema nacional, resultante do monopólio das empresas de energia e comunicações, nomeadamente a E-Redes e operadoras como a PT. Considerou vergonhoso que essas empresas abram valas para instalação de infraestruturas e não procedam ao seu

encerramento, protegidas por legislação que limita a atuação dos municípios. Defendeu uma revisão profunda desse modelo. -----

Relativamente às outras questões levantadas por deputados municipais, indicou que algumas respostas, nomeadamente sobre o rendimento social de inserção, auditorias, transferências financeiras e controlo interno, seriam dadas por escrito. Referiu ainda a importância dos rastreios de saúde, nomeadamente ao cancro da mama e aos diabéticos, bem como esclareceu que os técnicos afetos ao gabinete de apoio ao migrante não se dedicam exclusivamente a essa área. -----

Sobre os abrigos de paragens, explicou que estão a ser repostos através do contrato com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa e de um concurso público em fase de conclusão, que permitirá requalificar os existentes e instalar novos. Quanto à A1, informou que a adjudicação da obra relativa à saída será discutida em reunião de Câmara nas semanas seguintes, destacando a qualidade das empresas candidatas. -----

No que respeita às encostas e aos prejuízos avaliados em cerca de 35 milhões de euros, afirmou que o município não consegue fazer essa intervenção sozinho, sendo necessária a intervenção do Governo. Indicou que o Ministro Pinto Luz visitaria o concelho para avaliar a situação. -----

Relativamente à Escola da Bobadela, esclareceu que não existe qualquer decisão de encerramento, mas apenas uma ideia ainda em fase de reflexão para reorganizar a rede escolar, eventualmente com a construção de um novo bloco de salas do primeiro ciclo e a adaptação de outras para educação pré-escolar. Reconheceu as limitações físicas para a construção de um refeitório, mas afirmou que o tema continua em estudo. -----

Sobre a queda de árvores, relatou que acompanhou pessoalmente a situação numa das madrugadas e que, após avaliação técnica, foi decidido o abate das árvores em risco, garantindo que não existe perigo para a escola próxima e que a encosta será posteriormente consolidada. -----

Por fim, relativamente à segurança, confirmou o aumento de assaltos a viaturas em várias zonas do concelho e anunciou o reforço da visibilidade da Polícia Municipal. Informou que a Câmara irá entregar seis viaturas à PSP, assumindo a sua manutenção, e apelou à colaboração e vigilância cívica. Quanto ao posto da GNR de Bucelas, esclareceu que o processo está a aguardar parecer final da GNR e da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para avançar para concurso público. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, esclareceu, relativamente à questão levantada pelo deputado municipal Bruno Simão, que a situação não dizia respeito aos SIMAR, mas sim à AdTA – Águas do Tejo Atlântico. Explicou que, em períodos de elevada pluviosidade, ocorria um retorno de águas devido ao fecho da válvula de retenção, que ficava sobrecarregada, provocando o refluxo. Indicou que se tratava de um problema antigo, com décadas, mas que estava a ser trabalhado. Informou que já tinha ocorrido uma reunião entre os SIMAR e a AdTA, uma vez que os SIMAR eram a entidade municipal

responsável pelas questões hidráulicas, e que seriam tomadas medidas. Reforçou que a situação não era recente, recordando que, mesmo quando era mais jovem e utilizava frequentemente o comboio, o problema já existia sempre que chovia intensamente, com a tampa a levantar devido ao excesso de água. Sublinhou que se estava a trabalhar para reduzir a frequência e a gravidade do fenómeno, embora as soluções previstas, de carácter mais provisório, dificilmente resolvessem o problema na totalidade.-----

Relativamente à via T7, referiu que o deputado municipal Jorge Antunes tinha mencionado a questão e explicou que existia um protocolo para a ligação da rede pluvial e da rede de drenagem de esgotos da via T7, o qual estava em execução e em fase de preparação para lançamento de concurso. Acrescentou que parte da intervenção implicava a construção de uma nova infraestrutura na lateral do bairro e que se estava igualmente a trabalhar com a AdTA, uma vez que o valor previsto no protocolo para a execução da obra se revelava insuficiente. Informou que já existia autorização para avançar, incluindo a cedência de espaço necessária por parte do bairro, e que se estava a trabalhar para eliminar uma descarga ilegal que não deveria existir. -----

Complementou uma resposta já dada pelo Presidente sobre a rede elétrica e a rede de comunicações aérea. Explicou que o município cumpria o seu papel, impondo a obrigatoriedade de que todas as novas construções licenciadas, incluindo as licenciadas através de AUGI, tivessem cabos de energia e de comunicações enterrados. No entanto, afirmou que não era possível ao município resolver o problema estrutural de enterrar toda a rede aérea existente, quer de energia quer de comunicações, uma vez que se tratava de uma infraestrutura com muitas décadas, não apenas no concelho de Loures, mas em todo o país. Reforçou, que o município estava a garantir que todas as novas operações urbanísticas cumpriam os requisitos necessários para que a rede fosse subterrânea.-----

- A Vereadora Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, respondeu à questão colocada sobre as construções ilegais em Bucelas, afirmando que o executivo municipal tinha conhecimento da situação. Explicou que tinham sido realizadas várias intervenções, envolvendo inclusive outros serviços e forças de segurança, nomeadamente a GNR. Informou que o DBA também estava envolvido, uma vez que as queixas eram abrangentes, e esclareceu que o processo se encontrava em curso. Acrescentou que, caso fosse necessário, se disponibilizava para enviar todo o histórico do processo.

Esclareceu ainda que as construções em causa resultavam de iniciativa do próprio proprietário, tratando-se de propriedade privada, e que não se tratava de construções do tipo abarracado. Sublinhou que as construções eram efetivamente ilegais.-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, dirigiu-se à deputada municipal do Bloco de Esquerda, pedindo-lhe caso ela pudesse fazer-lhe chegar a candidatura à habitação

municipal em causa, indicando de quem se tratava para que fosse possível dar a respetiva resposta.-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse que o senhor Presidente da Câmara tinha referido que estava perspectivada a criação de uma bacia de retenção na zona baixa, em Frielas, abrangendo Frielas e Santo António dos Cavaleiros. Disse que considerava essa medida positiva, embora salientasse que se tratava de uma intervenção numa zona baixa.-----

Destacou que o Planalto da Caldeira, em Santo António dos Cavaleiros, funcionava naturalmente como uma bacia de retenção e que tinha desempenhado um papel muito importante em toda aquela área. Referiu que várias urbanizações estavam em andamento no Planalto da Caldeira, ou pelo menos nas suas imediações, e que essas construções teriam inevitavelmente impacto. Referiu que não era comparável a situação de não existir ali qualquer edifício com a de passar a existir uma urbanização significativa numa zona extrema do planalto. -----

Referiu que a questão que pretendia colocar era concreta e que o senhor vereador tinha sido espontâneo ao afirmar que não estava prevista mais nenhuma construção além da que já se encontrava licenciada. Perguntou, então, se isso significava que, para além do que estava em andamento, nada mais seria construído naquela área, e se tal garantia podia ser dada. Questionou ainda que medidas estavam previstas para perceber de que forma a urbanização poderia acelerar a chegada das águas à zona baixa e o que se antecipava relativamente a esse impacto. -----

Afirmou que essa questão era preocupante, porque não tinha dúvidas de que, numa zona de meia encosta, a maior bacia de retenção do Concelho de Loures se situava precisamente ali, sendo de grande importância. -----

Disse que era importante reconhecer que o município de Loures tinha tido uma intervenção muito significativa ao nível das linhas de água. Recordou o projeto Valor Rio, em Bucelas, e o Plano Estratégico de Reabilitação das Linhas de Água, aprovado em 2021. Referiu também que a obra de Sacavém, lançada em 2018, se inseria nesse plano e tinha sido de grande importância para minimizar os impactos das situações extremas, ainda que não resolvesse tudo, porque nada na natureza pode ser resolvido de forma absoluta.-----

Sublinhou que era possível minimizar situações extremas, que seriam cada vez mais frequentes, e que seria necessário verificar como tudo iria comportar-se no futuro. Acrescentou que o município de Loures tinha seguido uma abordagem que resultava da intervenção de várias gestões e forças políticas ao longo de vários mandatos, não podendo ser atribuída exclusivamente a um partido. -----

Defendeu que aquelas obras tinham tido enorme importância e que precisavam de ser monitorizadas e financiadas de forma permanente, para evitar que, dentro de alguns anos, se voltassem a enfrentar os mesmos problemas. Reconheceu que tinham ocorrido

danos e situações a corrigir, e insistiu que era necessária verba contínua para esse tipo de intervenção. -----

Afirmou que, apesar da grande quantidade de água que tinha caído, o Concelho de Loures tinha conseguido resistir no essencial, mesmo sofrendo impactos significativos, muitos dos quais provenientes do Concelho de Odivelas, cujo contributo considerou particularmente relevante devido à tipologia das ribeiras, mais rápidas.-----

Perguntou se o município considerava realmente que o principal problema do Concelho de Loures era o das cheias, das linhas de água e da intervenção no território necessária para acautelar o futuro próximo. Acrescentou ainda a questão das derrocadas, que considerou um problema gravíssimo com fortes impactos sociais. -----

Defendeu que seria importante que, a curto prazo, o senhor Presidente pudesse fornecer à Assembleia informação sobre o que estava em curso relativamente a essas matérias, incluindo as possibilidades e limitações de intervenção. Sublinhou que era essencial ter uma visão clara sobre o que podia ou não ser feito, lembrando que os fenómenos extremos não seguiriam ciclos centenários, mas sim ciclos muito mais curtos, como apontavam os cientistas. Afirmou que a pressão sobre os municípios seria cada vez maior. -----

Concluiu dizendo que seria importante que todos pudessem olhar para essas questões com uma sensibilidade diferente e mobilizadora. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), agradeceu todas as respostas e explicações dadas, que considerou muito objetivas. Acrescentou, contudo, que gostaria de salientar que, o grupo do PSD tinha sido, ao longo dos anos, aquele que mais se tinha preocupado em defender os interesses dos lourenses, independentemente dos partidos que estivessem no Governo. Afirmou que esse grupo tinha dado provas dessa postura em várias ocasiões na Assembleia e que, de facto, se preocupava com os problemas do concelho de Loures. Indicou que outras questões poderiam caber à Assembleia da República ou a outras instâncias, mas garantiu que, sempre que estivesse em causa a defesa dos interesses dos lourenses, o grupo do PSD estaria ao lado do executivo.-----

- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro (Chega), referiu-se a duas questões que, por lapso, não tinham sido respondidas anteriormente. Questionou quantas escolas do município tinham realizado a evacuação no momento do sismo ocorrido naquele dia e perguntou também se os pavilhões desportivos inseridos em estabelecimentos de ensino estavam igualmente equipados com desfibriladores automáticos. -----

Acrescentou ainda uma terceira questão, relacionada com uma situação ocorrida na escola-sede da Bobadela, onde estava previsto colocar um contentor para o ATL. Explicou que a Proteção Civil se tinha manifestado contra o local inicialmente definido para a instalação do contentor e quis saber se essa situação já tinha sido resolvida e qual era o ponto de situação atual. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou novamente a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos.-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, relativamente à questão do diretor da Escola Básica, referiu que tinha conhecimento de que o assunto já tinha sido abordado e acreditava que estivesse resolvido, embora promettesse confirmar a informação com maior precisão posteriormente. Acrescentou que tinha participado numa reunião onde o tema foi discutido.-----

Quanto ao plano de evacuação, explicou que tinha falado com alguns diretores de agrupamentos e que algumas escolas tinham realizado a evacuação, sobretudo aquelas onde o sismo foi sentido com maior intensidade. Indicou que a Escola Básica de São Julião do Tojal tinha acionado o plano de evacuação, acrescentando que muitas crianças se encontravam em visitas de estudo e que aquela escola, em particular, tinha sido alvo de reforço estrutural sísmico. Informou que a escola comunicou a situação à Câmara e que, após a evacuação, a normalidade tinha sido retomada. Reforçou que, apesar de não saber o número exato, existiram escolas que realizaram o procedimento.-----

Relativamente aos pavilhões desportivos, referiu que a informação disponível indicava que sim, que estavam equipados com desfibrilhadores automáticos. -----

Dirigindo-se à deputada municipal Fátima Amaral, comentou que era importante avaliar o passado e reconhecer o papel das forças políticas que tinham governado o concelho. Deu nota que, ao longo dos cinquenta anos de democracia, a CDU tinha governado Loures durante trinta anos e questionou o que tinha sido feito nesse período para resolver os problemas das encostas, sublinhando que muitas das construções datavam da década de 1960. Considerou que a preocupação atual era positiva, mas que não se devia ignorar a inoperância do passado, defendendo que a discussão precisava de ser feita com clareza.-----

Sobre a bacia de retenção, informou que se tratava de um projeto articulado com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, validado e financiado por essa entidade. Acrescentou que ainda teria de articular com o Presidente da Junta de Freguesia a forma de comunicar publicamente o projeto à população, seguindo o procedimento habitual de reunião e esclarecimento antes do avanço da obra.-----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, referiu-se ao tema do Planalto da Caldeira, afirmando que era uma das questões sobre as quais não hesitava em prestar esclarecimentos. Explicou que toda a construção e ocupação de solos prevista para aquela zona tinha sido definida nas unidades de execução do Planalto da Caldeira, apresentadas na Assembleia Municipal pela Câmara, através do vereador Tiago Matias. Sublinhou que toda a ocupação prevista para aquela área tinha sido aprovada pela CDU na Assembleia. -----

Esclareceu que o que se prevê não é o tipo de construção a erguer, mas sim a superfície de pavimento a utilizar, e que essa definição tinha sido aprovada pela Assembleia. Indicou que o atual executivo apenas aprovou a unidade de execução que já vinha aprovada anteriormente. Acrescentou que ainda não existiam todos os licenciamentos necessários e que o reparcelamento do terreno ainda não estava concluído na DGT. --- Destacou também que a maior parte da mancha verde, o corredor verde, estava garantida e não seria utilizada, nem sequer para o grande complexo desportivo municipal que tinha sido previsto nos primeiros projetos da CDU. Afirmou que essa área verde seria mantida livre. -----

Concluiu dizendo que o executivo estava a trabalhar para mitigar o que fosse possível e para assegurar uma boa gestão daquele grande espaço verde existente no Planalto da Caldeira, que já existia e continuaria a existir. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, propôs a prorrogação dos trabalhos por mais dez minutos de forma a possibilitar a leitura da minuta da ata. A proposta foi unanimemente aceite pelos presentes. -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário, para leitura da minuta da ata.-----

--- O Primeiro Secretário, Aquilino José Marques Ventura (CH), leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (42 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão e os Vereadores, Bruno Miguel de Oliveira Nunes, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo Conceição Dias, Gonçalo Filipe Vintém Caroço, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida e André Filipe Reis Antunes. -----

--- Eram vinte e duas horas e trinta e um minuto, quando a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS, SENDO QUE 13 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE ONZE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO

PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,



PS

*Aprovado por
unanimidade
(39 presenças)*

VOTO DE PESAR

*1ª Sessão Ordinária
19.02.2026*

Doc. 1

Pelo falecimento de Fernando Neves da Silva Carvalho

Fernando Carvalho, nascido a 30 de outubro de 1942, na localidade de Seiça freguesia do município de Ourém, foi presidente de Junta de Freguesia da Bobadela durante 20 anos, nos mandatos de 1989 a 2009 e destacou-se pela sua dedicação à causa pública.

Socialista convicto e homem de grande solidariedade e senso de justiça social, faleceu no dia 04 de fevereiro de 2026, aos 83 anos de idade.

Militante ativo do Partido Socialista desde 1975 sempre se destacou na Secção da Bobadela pela sua capacidade de mobilização e solidariedade para com os seus camaradas e amigos tendo sido reconhecido em 2025 pelos seus 50 anos de militância ativa em prol da freguesia.

Eleito Presidente da Junta de Freguesia nas eleições de 17 de dezembro de 1989 (depois da desagregação da freguesia de S. João da Talha), dedicou 20 anos da sua vida à liderança da terra que o acolheu e que sempre considerou sua. Em vinte anos, a sua gestão autárquica transformou de forma indelével a então Freguesia da Bobadela com uma gestão sempre muito próxima da população que o reconheceu durante duas décadas como autarca sério e dedicado à sua terra.

Verdadeiro promotor da democracia e dos consensos, conseguiu elevar a freguesia de Bobadela ao estatuto de Vila em 4 de junho de 1997.

Imbuído de um enorme sentido de luta e uma dedicação extrema às causas que abraçou, dono de um espírito de sensatez e valores elevados, Fernando Carvalho, será sempre recordado como símbolo de dedicação à causa pública, tendo nas suas funções de Presidente de Junta contribuído, não só para o desenvolvimento e defesa da freguesia, mas também para a dignificação do Concelho e do País.

Neste momento de tristeza e consternação, prestamos sentida homenagem à sua vida e apresentamos à família enlutada as mais sinceras e respeitosas condolências.

Os Deputados Municipais do Partido Socialista, propõem que a Assembleia Municipal, reunida a 19 de fevereiro delibere:

1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;
2. Remeter o presente voto de pesar à sua família, ao Partido Socialista e à União de Freguesias de Santa Iria da Azoia S. João da Talha e Bobadela.

Loures, 19 de fevereiro de 2026

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

1ª sessão ordinária
19.02.2026
Doc. 2

Aprovado por Assembleia
36 F - PS + CH + PSD + BE + IL
6 A - CDU

(Cl. alterações)

~~MOÇÃO~~ Recomendação

Pela implementação ~~obrigatória~~ de formação em Suporte Básico de Vida (SBV) e utilização de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) para todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias do concelho de Loures

As doenças cardiovasculares continuam a constituir a principal causa de morte em Portugal.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e com a Direção-Geral da Saúde (DGS), as doenças do aparelho circulatório representam aproximadamente 28% a 30% do total de óbitos anuais em Portugal.

Entre estas, destacam-se o enfarte agudo do miocárdio, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e a paragem cardiorrespiratória súbita. Segundo dados do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), registam-se em Portugal mais de 10.000 paragens cardiorrespiratórias extra-hospitalares por ano.

A taxa de sobrevivência em paragem cardiorrespiratória extra-hospitalar em Portugal situa-se historicamente abaixo dos 10%, nos cerca de 4%, abaixo de outros países europeus como os Países Baixos (21%) e a Noruega (25%). A literatura médica e os relatórios nacionais são claros: o fator determinante para a sobrevivência não é apenas a qualidade dos cuidados hospitalares, mas sobretudo a rapidez da intervenção inicial.

Segundo a *American Heart Association* e o *European Resuscitation Council*, a probabilidade de sobrevivência numa paragem cardiorrespiratória diminui entre 7% a 10% por cada minuto sem manobras de reanimação.

Quando as manobras de Suporte Básico de Vida são iniciadas imediatamente por testemunhas, a taxa de sobrevivência pode duplicar ou triplicar e a desfibrilhação precoce, nos primeiros 3-

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

5 minutos após o colapso, pode elevar a taxa de sobrevivência para valores entre 50% e 70% em ritmos desfibrilháveis.

O conceito da "cadeia de sobrevivência" assenta precisamente na atuação precoce por parte de cidadãos comuns, antes da chegada das equipas médicas. O tempo médio de chegada de meios de emergência pode variar, mas frequentemente ultrapassa os primeiros minutos críticos, sendo esse intervalo determinante para o prognóstico neurológico e vital.

Em Portugal, segundo um estudo do Centro de Simulação Biomédica da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto de 2019, em apenas 15% dos casos foram realizadas manobras de suporte básico de vida antes da chegada de ajuda especializada.

Considerando que existe um dever de implementação de políticas públicas constantes no que toca à sensibilização para comportamentos preventivos destas doenças como a alimentação saudável, a prática de exercício físico, entre muitos outros, é também essencial que se proceda à adoção de medidas que visem mitigar as consequências imediatas das paragens cardiorespiratórias.

Diversos países europeus já integraram formação obrigatória em SBV no currículo escolar, seguindo recomendações do European Resuscitation Council e da iniciativa "Kids Save Lives", apoiada pela Organização Mundial da Saúde.

A Escola tem o dever de formar cidadãos preparados para a vida, inclusive para salvar vidas.

A implementação universal da formação em SBV e DEA para todos os alunos do 12.º ano no concelho de Loures representa:

1. Uma política preventiva de saúde pública baseada em evidência científica;
2. Um investimento estruturante na segurança coletiva;
3. Uma medida de capacitação cívica e responsabilidade social;



6 531

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

4. Um contributo concreto para o aumento das taxas de sobrevivência em contexto extra-hospitalar.

Se, anualmente, todos os alunos do 12.º ano do concelho de Loures obtiverem certificação em SBV e DAE, ao fim de quatro anos teremos milhares de jovens preparados para intervir em situações críticas.

Trata-se de uma política pública de alto impacto, baixo risco e elevado retorno social.

Neste sentido, vem o Grupo Municipal do Partido Social-Democrata propor que a Assembleia Municipal de Loures na 1.ª Sessão Ordinária de 19 de fevereiro, *recomende ao Executivo deliberar municipal que:*

1. *continuar a* Oferecer formação certificada anual em SBV e utilização de DAE a todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias do concelho de Loures;
2. *avaliar* Avaliar o alargamento progressivo da formação a professores e pessoal não docente;
3. *continuar a* Reforçar a rede de DAE nos estabelecimentos de ensino.
4. *contratualize* Contratualização com entidades formadoras certificadas;
5. *monitorize anualmente* Monitorização anual dos resultados;
6. Dar conhecimento à Câmara Municipal de Loures, aos Agrupamentos de Escolas do concelho de Loures e às respetivas Associações de Pais, *às Associações Humanitárias de Bombeiros voluntários e Proteção Civil.*

Loures, 19 de fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PPD/PSD

Jorge Antunes

Rui Pinhel

Sara Bordalo

Armando Militão

João Pereira

Lino Franco



PS

Aprovado por
unanimidade
(43 presenças)

[Handwritten signature]

1ª sessão ordinária

19.02.2026

Doc. 3

Moção de Solidariedade e Apoio

Consequências das intempéries registadas desde 19 de janeiro a 7 de fevereiro 2026:

Depressões "Harry", "Ingrid", "Joseph", "Chandra", "Kristin", "Leonardo" e "Marta"

Considerando que:

- . Desde 19 janeiro de 2026, Portugal Continental é afetado por diversas depressões: "Harry", "Ingrid", "Joseph" e "Chandra", "Kristin", "Leonardo" e "Marta";
- . A Região Centro e Oeste foi fustigada, em particular, pela depressão "Kristin", descrita como uma das mais violentas de que há registo, e pelas tempestades subsequentes, caracterizadas por chuvas intensas, rajadas de vento que superaram os 170 km/h e galgamentos costeiros;
- . Os danos foram devastadores, com prejuízos severos e generalizados, que resultaram já em **18 vítimas mortais, vários feridos e um rasto de destruição incalculável**;
- . O seu impacto, visível no setor agrícola e florestal, nas infraestruturas, nas estradas e espaços públicos, nas habitações, nas empresas, nos cortes massivos de energia, de comunicações e água e, consequentemente, nas vidas de milhares de pessoas afetadas, deslocadas e desalojadas, exige respostas céleres, imediatas, extraordinárias e eficazes;
- . A dimensão da destruição requereu uma resposta sem precedentes da Proteção Civil, dos Bombeiros, das Forças de Segurança, das Autarquias, agentes locais e das próprias populações, num esforço heroico de socorro;
- . Também o Concelho de Loures foi severamente fustigado por estas tempestades, tendo-se registado índices de precipitação extremos que causaram o transbordo de linhas de água e inundações rápidas em zonas urbanas e agrícolas, quedas de estruturas temporárias, queda de redes elétricas e de comunicações, desmoronamento de habitações devolutas, queda de elementos de construção de edifícios, abatimento de pisos, desabamento e deslizamento de terras e rochas, com consequentes danos em vias de comunicação e várias habitações, maioritariamente, nos Bairros São Benedito, São João e Mira Loures, em Camarate, Sto António dos Cavaleiros e Frielas, bem como na Rua Cimo da Vila, Catujal, Unhos;
- . Os danos em infraestruturas municipais, coletividades e habitações (especialmente em zonas baixas e encostas vulneráveis) são extensos, exigindo uma resposta financeira e logística que ultrapassa a capacidade imediata do orçamento municipal;
- . Estas ocorrências, que colocam em causa a segurança de pessoas e bens, exigem a adoção de medidas excecionais imediatas, que minimizem os impactos e garantam a resposta adequada, eficaz e articulada, pelo que foi acionado o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Loures, com



efeitos a partir das 19h00, do dia 5 de fevereiro de 2026, para todo o território do Concelho de Loures e por tempo indeterminado;

. A necessidade urgente na mobilização de meios para o restabelecimento da normalidade, reabilitação de infraestruturas públicas e recuperação da atividade produtiva;

. A pronta intervenção de todas as Corporações dos Bombeiros do Município, do Serviço Municipal de Proteção Civil, das Juntas de Freguesia, SIMAR, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Municipal, e demais equipas municipais foi decisiva para salvaguardar vidas e minimizar perdas;

. Que o Governo decretou o **estado de calamidade** em diversos municípios, reconhecendo a gravidade da situação;

Assim, a Assembleia Municipal de Loures **reunida em 19 de fevereiro de 2026** delibera:

1. **Expressar o seu mais profundo pesar** pelas 18 vítimas mortais registadas, transmitindo as sentidas condolências às famílias enlutadas;
2. **Manifestar toda a solidariedade** com as famílias, populações, concelhos, empresas, agricultores e autarquias afetadas por estas catástrofes;
3. **Louvar e agradecer o esforço incansável e corajoso** de todos os agentes e entidades com dever de colaboração com a Proteção Civil: Bombeiros, Forças de Segurança, Juntas de Freguesia, Proteção Civil Municipal, Polícia Municipal e equipas técnicas da Câmara Municipal e SIMAR e voluntários que estiveram, e continuam a estar, na linha da frente, garantindo a segurança, o apoio e o acompanhamento das populações;
4. **Instar o Governo a incluir o Concelho de Loures** no lote de Autarquias beneficiárias de apoio financeiro extraordinário, considerando o avultado valor em causa para a reposição da segurança e normalidade, face à dimensão da catástrofe;
5. **Exortar o Governo** a reforçar as medidas de resiliência climática para prevenir o impacto de futuros fenómenos extremos desta magnitude.

Que a presente Moção de Solidariedade e Apoio seja enviada ao Governo, à Câmara Municipal de Loures, à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, à ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho, às Corporações de Bombeiros Locais, à Divisão Policial de Loures da PSP, ao Comando Territorial de Vila Franca de Xira da GNR

Loures, 19 de fevereiro de 2026

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



Doc. 4

Declaração de voto

A adequação do Plano de Pormenor da Quinta do Correio-Mor ao RJIGT constitui um passo necessário para garantir conformidade legal, segurança jurídica e estabilidade no ordenamento do território.

Reconhecemos a importância de manter os instrumentos de gestão territorial atualizados e alinhados com o enquadramento jurídico em vigor.

Não deixamos, contudo, de sublinhar que a execução futura deste plano deverá assegurar equilíbrio entre desenvolvimento urbanístico, sustentabilidade territorial e capacidade das infraestruturas existentes.

Reconhecendo e acreditando que esta proposta reforça a coerência normativa do município, os Eleitos do PSD nesta Assembleia votaram favoravelmente a Proposta 47/2026.

Os Eleitos do PSD